

tecnologia

Integração nacional com EAD

Ronaldo Barbosa*

O Brasil, hoje, é um país muito diferente do que foi há dez anos. Essa transformação, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), deve-se, principalmente, à ampliação da classe socioeconômica C, que já representa a maioria da população e a maior parte dos universitários do país. Para inúmeras famílias, é a primeira geração que chega ao Ensino Superior.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda há muito a se fazer. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2010, teremos mais eleitores analfabetos do que eleitores com formação universitária. Nesse sentido, um Ensino a Distância (EAD) de qualidade pode fortalecer a própria democracia, uma vez que dá oportunidade de estudo às pessoas afastadas dos grandes centros, que não dispõem de tempo ou muitos recursos.

Todavia, o desenvolvimento do EAD brasileiro esbarra em sérias questões de infraestrutura. A grande maioria dos municípios não tem acesso à internet em banda larga, enquanto, em muitos países, ela tornou-se parte da infraestrutura essencial, nos moldes de outros

serviços, como energia, água e saneamento básico.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) - www.cgi.br - publicou, recentemente, um estudo sobre a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no país, relatando que o total de conexões de banda larga no país está ao alcance de apenas 5,8% da população, e o serviço é monopolizado por apenas três empresas operadoras, voltadas para o atendimento das classes sociais A e B.

Por esse motivo, as regiões mais desfavorecidas economicamente, Norte e Nordeste, têm as proporções mais baixas de domicílios com acesso à internet, enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão acima da média nacional. Em resumo, o relatório do CGI demonstra que as conexões de banda larga no Brasil são caras, de baixa velocidade e estão concentradas nas regiões de alta renda e densidade populacional elevada.

Ciente desse problema e dentro das medidas de preparação para a Copa do Mundo e Olimpíadas, o governo brasileiro resolveu assumir um papel de operador de

banda larga, voltando-se para os municípios que hoje não são lucrativos para o mercado. O Plano Brasileiro de Banda Larga (PNBL) espera reduzir em cerca de 70% o preço médio cobrado pelo serviço atual no país e, até 2014, pretende atender 88% da população brasileira. O objetivo é levar banda larga de baixo custo e alta velocidade a 4.278 municípios e para todas as escolas públicas. Parece uma solução completa, mas deveria ser apenas um começo.

A banda larga universalizada no país facilitará o acesso a uma série de serviços, como saúde, ciência e educação, entretanto, precisa vir acompanhada de outras políticas e programas, que devem ser discutidos desde já. No caso do EAD, é necessário aprimorar a legislação, flexibilizando as formas de ensino e aprendizagem de modo a garantir acesso e qualidade educacional a tantos brasileiros que necessitam se preparar para o novo momento do país. ■

*Mestre em Geociências pela Unicamp, doutorando na área de Ensino e História da Ciência, professor e supervisor de EAD e pós-graduação da Anhanguera Educacional

www.unianhanguera.edu.br